-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 21

Empresas que contratam serviços de pessoal-chave da administração de outra entidade (entidade administradora), no que se refere aos critérios para a divulgação da remuneração obrigatória, devem contemplar

I os benefícios pós-emprego para seus empregados.
II os benefícios de rescisão de contrato de trabalho de seus empregados.
III a remuneração baseada em ações de seus empregados.
IV a remuneração paga, ou a pagar, pela entidade administradora aos empregados ou diretores da entidade administradora.
V os benefícios de curto prazo pagos a empregados e administradores.

Estão certos apenas os itens

A I e II.
B III e IV.
C I, IV e V.
D I, II, III e V.
E II, III, IV e V.

Questão 22

Na conta de ajustes de avaliação patrimonial, estes ajustes

A deverão ser apresentados com os valores brutos em relação aos efeitos tributários.
B poderão ser originados pela variação cambial de investimentos societários no exterior.
C deverão ser classificados no patrimônio líquido, podendo ser agrupados na conta reserva de lucros.
D poderão ser dispensados em casos de reestruturações societária.
E deverão ser apresentados no patrimônio líquido com saldos exclusivamente credores.

Questão 23

Considerando que a consolidação das demonstrações contábeis proporciona ao usuário informação sobre todas as empresas de um grupo econômico de maneira integrada, assinale a opção correta.

A O investidor com a capacidade de dirigir as atividades relevantes tem poder apenas quando seus direitos de direção são exercidos.
B O investidor que detém apenas direitos de proteção também terá poder de controle sobre a investida.
C A consolidação da investida inicia-se 30 dias antes da data do controle da investida pelo investidor e cessa no exercício seguinte quando o investidor perde o controle da investida.
D Uma investida somente poderá ser controlada por uma empresa investidora se for para evitar que a influência de duas controladoras distintas afete a estrutura contábil da empresa investida.
E O investidor controla a investida quando tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Questão 24

As provisões são classificadas no passivo e têm regras específicas para a sua mensuração, o seu registro e a sua evidenciação. Acerca das provisões e das suas peculiaridades, assinale a opção correta.

A O reconhecimento de desembolso advindo de provisão passiva, que foi originalmente reconhecida para outra finalidade, é permitido, caso o evento seja do mesmo grupo do passivo.
B O reconhecimento da provisão se dá quando uma empresa apresenta uma obrigação presente de um evento futuro em seu balanço patrimonial.
C O valor compreendido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço patrimonial.
D A reavaliação das provisões não poderá ocorrer mesmo que exista uma estimativa corrente superior àquela já registrada, pois, nesse caso, a provisão será lançada ao resultado do exercício.
E A provisão para créditos de liquidação duvidosa será reclassificada no passivo circulante caso a obrigação tenha sua exigibilidade até o final do exercício seguinte.

Espaço livre

Texto 5A1-I

Determinada empresa apresentou um conjunto de informações para a elaboração de sua demonstração dos fluxos de caixa, conforme consta da tabela a seguir.

	saldo da conta (valores em reais)	
	1.º/1/2019	31/12/2019
aplicações financeiras	1.800	
banco	2.500	
caixa	3.200	
despesa com combustíveis		650
despesa com energia elétrica		600
despesa com juros		400
despesa com manutenção e conservação		200
despesa com salários		800
despesa com seguros		300
empréstimos a pagar	2.500	2.000
energia a pagar	250	100
energia antecipada	400	500
juros a pagar	1.200	900
receita antecipada	1.100	1.600
receita de juros		800
receita de vendas		20.500
salários a pagar	1.000	100
salários antecipados	1.000	300
seguros a pagar	600	100
seguros antecipados	300	200
valores a receber	3.200	5.100

Questão 25

A partir das informações do texto 5A1-I, é correto afirmar que o fluxo das operações da empresa apurado em 31/12/2019 foi igual a

A R$ 15.000.
B R$ 14.500.
C R$ 15.700.
D R$ 15.800.
E R$ 15.900.

Questão 26

Ainda com relação às informações do texto 5A1-I, é correto afirmar que o saldo do fluxo de financiamentos da empresa em 31/12/2019 foi de

A (R$ 400).
B R$ 100.
C R$ 18.700.
D (R$ 1.200).
E R$ 300.

Texto 5A1-II

Determinada empresa comercial, que adota o método primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS) como critério de avaliação de seus estoques, apresentou as movimentações do mês de março de 2020, conforme os eventos descritos a seguir.

10/3/2020	estoque inicial de 8 unidades adquiridas à vista, no mês anterior, a R$ 30 cada
12/3/2020	compra à vista de 4 unidades por R$ 27 cada
13/3/2020	compra a prazo de 5 unidades a R$ 29
14/3/2020	devolução de 2 unidades da compra do dia 12/3/2020
16/3/2020	venda de 11 unidades por R$ 50 cada, com recebimento de 50% no ato e o restante para o dia 10/4/2020
17/3/2020	compra de 3 unidades a prazo por R$ 32 cada
18/3/2020	devolução de 1 unidade adquirida no dia 13/3/2020
20/3/2020	pagamento da compra do dia 13/3/2020
22/3/2020	venda de 4 unidades a prazo por R$ 53 cada

Questão 27

Além do PEPS, é possível apurar o estoque pela média ponderada móvel (MPM) e pelo método último que entra, primeiro que sai (UEPS). Em relação ao texto 5A1-II, caso a empresa optasse por alterar o seu sistema de controle de estoques,

A o estoque final da empresa teria saldo maior caso ela adotasse o UEPS em vez do PEPS.
B o custo da mercadoria vendida pela empresa teria saldo maior no PEPS em comparação à MPM.
C o estoque final da empresa teria saldo menor caso ela adotasse a MPM em vez do PEPS.
D o estoque final da empresa seria menor no sistema MPM em comparação ao UEPS.
E o custo da mercadoria vendida pela empresa teria saldo menor no sistema UEPS em comparação à MPM.

Questão 28

Ainda com relação às informações do texto 5A01-II e desconsiderando-se quaisquer reflexos tributários, é correto afirmar que, para a empresa em questão, a variação no fluxo de caixa, o reflexo no resultado do exercício e o saldo de estoque, todos até o final do dia 22/3/2020, foram iguais, respectivamente, a

A R$ 33, R$ 320 e R$ 64.
B (R$ 63), R$ 298 e R$ 64.
C R$ 87, R$ 298 e R$ 96.
D (R$ 63), R$ 320 e R$ 96.
E R$ 87, R$ 320 e R$ 64.

Questão 29

O Sistema de Contabilidade Federal tem como órgão central

A o Conselho Federal de Contabilidade.
B a Secretaria do Tesouro Nacional.
C o Ministério da Economia.
D a Secretaria Federal de Controle.
E a Controladoria Geral da União.

Questão 30

A contabilidade pública tem como objeto

A as contas públicas.
B as finanças públicas.
C o orçamento público.
D a escrituração pública.
E o patrimônio público.

Questão 31

Relativamente à terminologia contábil de custos, julgue os itens seguintes.

I Custos indiretos são custos que exigem a aplicação de um modelo de rateio para serem associados aos objetos de custeio.
II Custo do produto vendido é o valor de um ativo sacrificado para a obtenção de uma receita e, nesse sentido, é um tipo de despesa.
III Gasto é o valor pago pela aquisição de um bem ou serviço.
IV A aquisição de matérias-primas para uso futuro é um custo de produção.

Estão certos apenas os itens

Ⓐ I e II.
Ⓑ I e III.
Ⓒ I e IV.
Ⓓ II e III.
Ⓔ II e IV.

Questão 32

Determinado ente público possui um imóvel de uso próprio, o qual entrou em operação há exatos 4 anos, tendo 15 anos de vida útil estimada e valor de aquisição de R$ 7,5 milhões. O ente trabalha com um valor residual de 20% para todos os componentes de seu imobilizado e aplica o método linear com cotas constantes para cálculo da depreciação.

Considerando essa situação hipotética, a cota de depreciação anual do imóvel a ser contabilizada nessas condições é

Ⓐ superior a R$ 450 mil.
Ⓑ inferior a R$ 150 mil.
Ⓒ superior a R$ 150 mil e inferior a R$ 250 mil.
Ⓓ superior a R$ 250 mil e inferior a R$ 350 mil.
Ⓔ superior a R$ 350 mil e inferior a R$ 450 mil.

Questão 33

Um ente público adquiriu um imóvel pelo qual pagará R$ 2,1 milhões, devendo 20% ser pagos no ato da assinatura do contrato e o restante em três parcelas iguais anuais e consecutivas. Os juros embutidos no financiamento são de 10% ao ano. A seguir, é apresentada uma tabela com os coeficientes de desconto que serão utilizados.

período	coeficiente de desconto
0	1,00
1	0,91
2	0,83
3	0,75
4	0,68

A partir dessas informações, é correto afirmar que o saldo da transação provisionado como passivo é

Ⓐ superior a R$ 2 milhões.
Ⓑ superior a R$ 1,8 milhões e inferior a R$ 2 milhões.
Ⓒ superior a R$ 1,6 milhões e inferior a R$ 1,8 milhões.
Ⓓ inferior a R$ 1,4 milhões.
Ⓔ superior a R$ 1,4 milhões e inferior a R$ 1,6 milhões.

Questão 34

Na classificação da despesa orçamentária, a informação gerencial que indica se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades está associada com

Ⓐ o elemento de despesa.
Ⓑ o grupo de natureza da despesa.
Ⓒ a unidade orçamentária.
Ⓓ a modalidade de aplicação.
Ⓔ a classificação funcional.

Questão 35

Considere que os lançamentos contábeis patrimoniais seguintes refiram-se a determinado ente público.

debite – créditos tributários a receber
credite – imposto sobre o patrimônio e a renda

debite – caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional
credite – créditos tributários a receber

Nessa situação, esses registros contábeis expressam, respectivamente, as etapas da receita

Ⓐ previsão e recolhimento.
Ⓑ lançamento e arrecadação.
Ⓒ arrecadação e recolhimento.
Ⓓ previsão e lançamento.
Ⓔ lançamento e recolhimento.

Questão 36

Na demonstração de fluxos de caixa, os dividendos pagos e os dividendos recebidos devem ser classificados, respectivamente, como fluxos das atividades

Ⓐ investimento e operacional.
Ⓑ investimento e financiamento.
Ⓒ operacional e financiamento.
Ⓓ financiamento e operacional.
Ⓔ financiamento e investimento.

Questão 37

No que diz respeito às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

I O balanço patrimonial permite analisar a evolução da situação patrimonial da entidade pública de forma qualitativa e quantitativa.
II A demonstração das variações patrimoniais apresenta as alterações sofridas pelo patrimônio resultantes, ou não, da execução orçamentária.
III O balanço orçamentário permite avaliar de que forma as políticas públicas aplicadas impactaram o conjunto de bens direitos e obrigações do ente público.
IV A demonstração de mutações do patrimônio líquido apresenta as movimentações no patrimônio líquido do ente público ao longo de um período, mas não permite analisar como a gestão pública impactou o patrimônio.

Estão certos apenas os itens

Ⓐ I e II.
Ⓑ I e III.
Ⓒ I e IV.
Ⓓ II e III.
Ⓔ II e IV.

Questão 38

O quadro principal do balanço orçamentário evidencia

Ⓐ os restos a pagar processados.
Ⓑ os restos a pagar não processados.
Ⓒ o resultado financeiro, déficit ou superávit.
Ⓓ o confronto entre receitas e despesas previstas e realizadas.
Ⓔ o conjunto de bens direitos e obrigações do ente público.

Questão 39

Consagrado na Constituição Federal de 1988 (CF), o princípio de orçamento público que veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, é denominado princípio

Ⓐ da exclusividade.
Ⓑ da legalidade.
Ⓒ da universalidade.
Ⓓ da não afetação.
Ⓔ do não estorno de verba.

Questão 40

O sistema de orçamentação pública no Brasil é um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e execução da ação pública do Estado, por meio de instrumentos de natureza jurídico-financeira. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

I O plano plurianual é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), e a ação de curto prazo, prevista na lei orçamentária anual (LOA), na medida em que dispõe sobre as prioridades e metas para as despesas de capital no próximo exercício e nos dois seguintes.
II Os recursos destinados, no orçamento da União, para a reserva de contingência podem ser utilizados para a abertura de créditos suplementares a serem executados como despesas correntes ou de capital.
III Os créditos adicionais suplementares, extraordinários e especiais são destinados a reforçar os créditos orçamentários ordinários existentes para os quais haja dotações específicas.

Assinale a opção correta.

Ⓐ Apenas o item I está certo.
Ⓑ Apenas o item II está certo.
Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 41

Execução orçamentária pode ser definida como a utilização dos créditos consignados no orçamento; a execução financeira, por outro lado, representa a utilização dos recursos financeiros, com vistas a atender a realização dos projetos e das atividades atribuídos a cada unidade. A respeito da execução orçamentária e financeira, julgue os próximos itens.

I A movimentação dos recursos entre as unidades do sistema de programação financeira (SIAFI) é executada por meio de empenho, repasse e sub-repasse.
II Após a LOA ter sido aprovada e sancionada, o quadro de detalhamento da despesa (QDD) será definido como o ponto de partida para a execução orçamentária.
III O SIGPLAN é o sistema informatizado que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo do estado do Rio de Janeiro.

Assinale a opção correta.

Ⓐ Apenas o item I está certo.
Ⓑ Apenas o item II está certo.
Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 42

Um exemplo de receita patrimonial é a receita

Ⓐ dos *royalties*.
Ⓑ proveniente com a emissão de títulos da dívida ativa tributária.
Ⓒ de alienação de estoques.
Ⓓ de juros de empréstimos concedidos.
Ⓔ de aplicação de multas.

Questão 43

A respeito de despesa pública, é correto afirmar que

Ⓐ restos a pagar não geram, necessariamente, obrigações financeiras para o Estado.
Ⓑ dívida ativa corresponde à despesa originada em exercício anterior, presente no orçamento corrente.
Ⓒ os restos a pagar somente serão considerados despesas de exercícios anteriores quando não estiverem cancelados e não estiver mais vigente o direito do credor.
Ⓓ garantias ou cauções recebidas de terceiros para a execução de contratos de prestação de serviços são denominadas débitos de tesouraria.
Ⓔ constitui despesa de capital o pagamento de juros de financiamentos de longo prazo, nos termos da Lei n.º 4.320/1964.

Questão 44

A limitação de empenho e movimentação financeira pelos Poderes da União, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deverá ser efetivada sempre que

Ⓐ o montante da dívida se apresentar superior ao limite imposto pela LRF.
Ⓑ a receita efetivamente arrecadada apresentar uma frustração em relação àquela estimada.
Ⓒ as despesas primárias forem inferiores às receitas primárias.
Ⓓ a execução da despesa ultrapassar os valores fixados na LOA.
Ⓔ a realização da receita se comportar em obediência ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Questão 45

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

I O balanço orçamentário demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

II A dívida flutuante compreende: os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; os débitos de tesouraria.

III A dívida fundada compreende os créditos da fazenda pública, sendo proveniente de obrigação legal referente a tributos.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 46

Julgue os itens subsecutivos, no que se refere às transferências voluntárias.

I As transferências voluntárias são recursos financeiros que a União e(ou) os estados repassam aos outros entes da federação para que estes realizem obras e executem programas governamentais que não decorram de determinação constitucional ou legal.

II Os estados ou municípios estarão proibidos de receber transferências voluntárias da União caso aprovem lei que institua isenção integral de taxa pela prestação de qualquer serviço público.

III Um exemplo de transferência voluntária é a transferência, entre entes da Federação, de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 47

De acordo com a CF, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

I Caso detecte alguma irregularidade quanto à legalidade de uma contratação da União, o Tribunal de Contas da União (TCU) poderá determinar ao Poder Executivo sustação imediata dessa contratação.

II Ao controle interno de tribunal de justiça estadual cabe avaliar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão administrativa do respectivo tribunal de justiça.

III Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (TCU).

Assinale a opção correta.

A Nenhum item está certo.
B Apenas o item I está certo.
C Apenas o item II está certo.
D Apenas o item III está certo.
E Todos os itens estão certos.

Questão 48

Considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

I A estrita observância ao edital se constitui em princípio básico de toda licitação pública; a sua inobservância acarreta nulidade do certame.

II As únicas modalidades de licitação previstas na referida lei são concorrência, pregão e concurso.

III Compete à administração pública, de forma discricionária, decidir pela inexigibilidade ou dispensa da licitação.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 49

O entendimento de que o ato administrativo é considerado válido até que se prove em contrário corresponde ao atributo da

A tipicidade.
B exigibilidade.
C presunção de legitimidade.
D imperatividade.
E autoexecutoriedade.

Questão 50

Considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos), julgue os seguintes itens.

I Embora tenha sido editada pela União, a Lei de Licitações e Contratos é considerada lei nacional, aplicando-se a todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

II Quando a administração pública efetua compra de um produto não comum cujo valor é superior a um milhão, quatrocentos e trinta mil reais, deve-se utilizar a modalidade de licitação concorrência.

III No caso de aquisição de material que só possa ser fornecido por empresa exclusiva, a administração pública deverá realizar contratação direta mediante dispensa de licitação.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e II estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

Questão 51

Suponha que Ana, servidora do Tribunal de Justiça, agindo no exercício de suas funções administrativas, tenha causado dano a João.

Nessa situação hipotética, caso João pretenda ajuizar ação judicial requerendo indenização em face do Estado, a responsabilidade civil

A será subjetiva, por meio de ação de regresso.
B não será possível, porque o Estado não responde pelos atos de seus agentes, devendo João ajuizar ação diretamente contra Ana.
C será objetiva, independentemente de dolo ou culpa.
D será subsidiária, se comprovado dolo ou culpa.
E não será possível, porque o Brasil adota a teoria da irresponsabilidade estatal.

Questão 52

O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nos casos em que

A a aquisição de bens vier a atender mais de um programa de governo, podendo ser acrescida a quantidade prevista na ata de registro de preços.
B houver necessidade de aquisição de bens com uma única entrega.
C houver quantitativo exato do produto demandado pela administração.
D a aquisição de bens vier a atender exclusivamente um órgão público.
E houver necessidade de contratações frequentes, em razão das características do serviço.

Questão 53

É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988

A o décimo terceiro salário com base no salário básico.
B o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente da renda auferida.
C a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
D o salário mínimo, sendo permitida sua vinculação para qualquer fim.
E o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

Questão 54

Conforme a Constituição Federal de 1988, as pessoas

A estão autorizadas a fazer tudo desde que a lei não proíba.
B só estão autorizadas a fazer aquilo que está previsto em lei.
C só podem fazer algo quando ato normativo legal ou infralegal expressamente permitir.
D estão, em princípio, proibidas a fazer tudo, podendo um decreto regulamentar presidencial permitir a atuação individual.
E não podem ser obrigadas a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de ato normativo legal ou infralegal.

Questão 55

Ao Conselho Nacional de Justiça compete apreciar, de ofício ou mediante provocação,

A a legalidade e o mérito dos atos administrativos praticados por servidores ou membros do Poder Judiciário.
B o mérito dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário.
C o mérito dos atos administrativos praticados por servidores ou membros do Poder Judiciário.
D a legalidade dos atos administrativos praticados por servidores do Poder Judiciário.
E a legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário.

Questão 56

Maria, que possui emprego público privativo de profissionais de saúde em empresa pública estadual, foi aprovada em outro concurso público para cargo público federal privativo de profissionais de saúde.

Nessa situação hipotética, Maria

A não poderá acumular as funções, porque uma é estadual e a outra é federal.
B não poderá acumular as funções, porque apenas um dos vínculos é oriundo do regime estatutário.
C poderá assumir o cargo e acumular as duas funções públicas, não se aplicando a esse caso o teto remuneratório da administração pública.
D não poderá acumular as funções, porque não há previsão constitucional expressa que permita cumulações de funções públicas remuneradas.
E poderá assumir o cargo e acumular as duas funções públicas, se os horários forem compatíveis e as profissões forem regulamentadas.

Questão 57

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o contador judicial deverá atuar para a verificação de cálculos, somente nos casos de

A condenação em quantia incerta.
B condenação não fixada em liquidação.
C decisão sobre parcela controversa.
D condenação em quantia certa, informando prazo ao juiz.
E decisão sobre parcela incontroversa.

Questão 58

Assinale a opção que apresenta a denominação do instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014.

A acordo de cooperação
B convênio
C termo de colaboração
D termo de fomento
E termo de parceria

Questão 59

Um investidor aplicou certo capital em um ativo que valorizou 20% no primeiro mês e mais 5% no segundo mês; desvalorizou 10% no terceiro mês; por fim, voltou a valorizar 5% no quarto mês, sempre em relação ao valor de fechamento do mês anterior.

Nessa situação, a taxa de valorização desse ativo, ao fim do quarto mês, em relação a seu valor de mercado na data em que foi realizado o investimento, é

A igual ou superior a 26%.
B inferior a 20%.
C igual ou superior a 20%, mas inferior a 22%.
D igual ou superior a 22%, mas inferior a 24%.
E igual ou superior a 24%, mas inferior a 26%.

Questão 60

Devido ao fato de a legislação autorizar a dedução de valores investidos em planos de previdência privada na base de cálculo do imposto de renda até o limite de 12% da base, Maria, que ainda não possui plano de previdência privada, calculou que sua renda tributável em 2021 será de R$ 224 mil.

Nessa situação, caso ela adquira, neste ano, um plano de previdência privada, o valor a ser investido de modo a atingir o limite permitido por lei para desconto com essa modalidade de investimento será

A inferior a R$ 24 mil.
B igual ou superior a R$ 24 mil, mas inferior a R$ 25 mil.
C igual ou superior a R$ 25 mil, mas inferior a R$ 26 mil.
D igual ou superior a R$ 26 mil, mas inferior a R$ 27 mil.
E igual ou superior a R$ 27 mil.

Espaço livre